

AUTÓGRAFO Nº 53, DE 2025

A Câmara Municipal, na 37ª Sessão Ordinária, realizada no dia 24 de junho, e em cumprimento ao disposto no artigo 8° da Lei Orgânica do Município de Santo André, aprovou o

PROJETO DE LEI Nº 11/2025

Processo Administrativo nº 12.005/2023.

ALTERA A LEI Nº 10.694, DE 25 DE AGOSTO DE 2023, QUE INSTITUI A CÂMARA DE CONCILIAÇÃO DE PRECATÓRIOS, PREVISTA NO ART. 97, § 8°, INCISO III DO DAS **DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS** TRANSITÓRIAS ADCT, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

A Câmara Municipal de Santo André decreta:

Art. 1º O art. 3°, da Lei nº 10.694, de 25 de agosto de 2023, passa a vigorar com a seguinte redação:

- "Art. 3º A Câmara de Conciliação de Precatórios será composta por 04 (quatro) membros, a saber:
- I o titular da Secretaria de Assuntos Jurídicos, na qualidade de presidente;
- II 02 (dois) representantes do Departamento de Gestão de Precatórios, da Secretaria de Assuntos Jurídicos;
- III 01 (um) representante da Secretaria de Administração e Finanças.

Parágrafo único. Os representantes, de que tratam os incisos II e III deste artigo, serão indicados, juntamente com seus respectivos suplentes, pelos titulares das pastas e nomeados por portaria a ser expedida pelo Chefe do Poder Executivo."

- Art. 2º O art. 5°, da Lei nº 10.694, de 25 de agosto de 2023, passa a vigorar com a seguinte redação:
 - "Art. 5º Fica vedada a celebração de acordo na Câmara de Conciliação de Precatórios nos seguintes casos:
 - I precatórios que estejam suspensos por decisão judicial;





II - credores que estiverem em débito com o Município de Santo André, salvo se a exigibilidade do crédito estiver suspensa nos termos da legislação vigente ou se houver garantia integral do débito por penhora judicial."

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Santo André, 24 de junho de 2025, 472° ano da fundação da cidade.

CARLOS ROBERTO FERREIRA

Presidente

Proc. nº 3168/2025 IGS/.

